

Economia = Brasil

**N**o Brasil há uma grande polêmica em torno de copiar caminhos estrangeiros ou buscar um desenvolvimento endógeno.

Eu acho que esse é o tema central para qualquer pessoa que trabalhe em desenvolvimento.

O Japão é um país que tem adotado, quase que obsessivamente, a cópia de caminhos estrangeiros com grande sucesso. Por que será?

Eu contesto isso. Não creio que o Japão seja, necessariamente, uma história de sucesso. E por várias razões: uma, o custo que representou, para a Humanidade, o desenvolvimento japonês com as guerras — que não devem ser tiradas fora da conta; o custo que representou a guerra para o Japão, e para o povo japonês. Ou seja, não é um desenvolvimento facilmente aceitável como modelo. Segundo, eu acho que é extremamente difícil medir o estado do bem-estar, o nível de vida, mas eu diria que o Japão que deu um salto fenomenal, deve ser um dos países que têm o padrão de vida mais baixo para o seu nível de renda, porque continua a investir uma parte enorme da sua renda. Portanto, não estou certo se todo mundo aceitaria esse tipo de situação.

Tem mais duas razões. A terceira é que o país é extremamente vulnerável a situações de conflito internacional. É extremamente vulnerável no plano ecológico, e isso não é culpa deles. Finalmente, eles próprios — quando a gente lê os estudos dos colegas japoneses — contestam o modelo japonês que o mundo está discutindo. Eles são os primeiros a dizer que esse modelo se está esgotando.

**Eles são críticos do seu próprio modelo?**

Eles são muito mais críticos, fazem um trabalho extremamente sério. Tenho lido livros japoneses publicados pela Universidade Internacional de Tóquio, de economistas japoneses, que se estão dando conta perfeitamente de que é preciso procurar novas soluções. Ou seja, com todo o meu respeito pelo trabalho deles, eles não se projetam como modelo, eles se consideram como também à procura. Esse negócio de que eles copiaram tudo, etc., é muito exagerado.

Agora, quando se fala de modelo endógeno não se trata de fechar os olhos ao que está acontecendo fora, ao contrário. Todo o problema está numa palavra: seletividade.

**Como selecionar?**

Como selecionar o que se importa. Olha, toda política científica, por grande que seja o país, tem sempre três componentes: há "caixas negras" que a gente compra e tem de continuar a comprar, porque não pode abrir tudo ao mesmo tempo; há coisas que comprase adaptar, há reasões de desenvolver esforço próprio. O problema é o de ter uma política na qual se decide onde usar as "caixas negras", onde usar a adaptação e onde concentrar esforço próprio do país. Isso é ser endógeno em função dos objetivos, dos valores culturais, dos recursos naturais, do grau de adiantamento ou de atraso. A gente tem de ter essa capacidade de pensar. Isso é verdadeiro no comércio mundial, isso é verdadeiro na tecnologia e isso é verdadeiro nas relações entre a economia local, a economia regional e a economia nacional também. Um dos efeitos perversos do tamanho do Brasil — há outros que não são perversos — é que tudo viaja do Norte ao Sul e do Sul ao Norte. Em Manaus se come alface paulista, e eu conheço serrarias no Sul do País que trabalham hoje com toras de madeira que vêm da Amazônia. Isso não dá pé num país que tem problemas de energia. Ou seja, a gente tem de aprender a pensar...

**Como é que o sr. focaliza a crise estrutural que nós estamos vivendo nos últimos dez anos? Qual foi o equívoco de seletividade que ocorreu?**

A crise energética foi um acidente de percurso. Em realidade, primeiro, tivemos o problema da interdependência. Como todas as palavras desse tipo, cada pessoa que a utiliza põe um conteúdo ligeira ou inteiramente diferente. Estamos falando do quê? Do fato óbvio que é esse intercâmbio; é claro que estamos intercambiando mercadorias. O Brasil, hoje, se descontarmos o petróleo, importa muito pouco. Agora, eu acho que é completamente falso tentar analisar a importância do intercâmbio a partir do seu peso estatístico. Eu escrevi um livro sobre o que chamei de "as economias sensíveis à importação", no qual tomei quase que a posição contrária, dizendo: "Quando um país tem pouco comércio exterior há todas as chances que o pouco de comércio exterior que ele tem seja absolutamente essencial ao funcionamento da sua economia". O problema não é se eu tenho 3, 10 ou 20% de importação; o problema é saber se as importações correspondem a prioridades reais da economia.

**Se são essenciais ou não.**

Se são essenciais ou não. Isso quanto ao intercâmbio econômico. Mas a interdependência, a meu ver, não trata só da economia no sentido de relações mercantis. Ela trata de relações financeiras e ela trata de relações culturais, no sentido lato da palavra. O que não resta nenhuma dúvida é que a interdependência cultural do mundo aumentou enormemente. Nesse sentido, somos uma aldeia mundial; somos uma aldeia mundial porque as informações, os modelos, os figurinos, etc., circulam através do mundo inteiro e o fato de que haja aí uma assimetria é extremamente grave.

**Assimetria?**

Assimetria sim, porque esses figurinos não circulam do Sul para o Norte. Existe um livro de Gilberto Freyre sobre a hispanidade em que meio por piada e meio sério ele diz que durante dois séculos ou mais sempre se acusou o brasileiro latino-americano de não saber o que é time is money, de não dar valor ao tempo, etc. Mas diz o mestre Gilberto Freyre, que estou citando de memória: "Agora que o Norte está descobrindo o lazer, eles terão de olhar para o Sul e repreender a viver". Por trás dessa bútade tem uma coisa extremamente séria: acostumamo-nos, nesse negócio de interdependência, a considerar que o que é o modelo americano ou o que é modelo da Europa Ocidental tem de ser o modelo do Sul. Agora temos a desproporção entre a interdependência financeira e a interdependência econômica. Eu, pessoalmente, estaria inclinado a ver nisso o fenômeno novo que ocorreu, senão nos últimos dez, nos últimos 20 anos. O que aconteceu com a economia brasileira? Não é uma abertura sensacional a nível de intercâmbio de mercadorias, mas é uma dependência fantástica a nível financeiro que não corresponde a uma realidade econômica.

**Essa é a chave da crise?**

Essa é a chave da crise.

O nível de transações financeiras não corresponde ao nível de transações econômicas?

Exatamente. Mas isso nos leva também ao centro do problema da saída da crise. Só haverá saída da crise se se reconhecer essa

# A CHAVE DA CRISE

(As perspectivas do Brasil, na visão de um especialista em desenvolvimento.)

O Brasil conseguirá escapar da crise atual e retomar o crescimento econômico? Há uma saída para os países devedores do Terceiro Mundo?

O economista Ignacy Sachs, polonês que viveu e estudou muitos anos no Brasil e hoje é diretor de estudos na "École des Hautes Études en Sciences Sociales", na França, tem respostas otimistas para essas questões, mas adverte que, para encontrarmos a saída, serão necessárias correções

no curso e nas opções de nosso desenvolvimento econômico. Especialista em alternativas do desenvolvimento, o professor Sachs também estudou e viveu na Índia e, em novembro de 1983, publicou o relatório da comissão que presidiu em Paris sobre o Impasse Norte-Sul, em que aponta saídas para o Terceiro Mundo. Sachs veio ao Brasil para um simpósio na Universidade de Brasília sobre Ecossistemas (um de seus assuntos preferidos), Energia e Alimentos e

reuniões no Instituto de Desenvolvimento Integrado da Amazônia, cujos recursos e dinâmica está estudando. Conhecedor da História e da Cultura brasileiras, seu interesse atual refere-se à pesquisa das nossas fronteiras internas e do "desenvolvimento endógeno" entre nós. Discute aqui a crise, a política, o Estado brasileiro e seu futuro, em entrevista a Reinaldo Lobo e Marco Antônio Rocha.



desproporção e se se adaptar o problema da dívida às possibilidades de comércio e não o contrário. Ou seja, a crise tem três elementos interconectados: os termos de intercâmbio, onde o Brasil sofreu uma violenta deterioração, desde 77; o custo absolutamente inconcebível, em termos reais, do dinheiro; e a falta de acesso aos mercados. Se não se discutir as três coisas juntas não pode haver saída dessa crise. Esse é um problema que nós faríamos melhor — agora eu falo de nós, que representamos o Norte — ao reconhecer como ponto de partida: só vai haver pagamento da dívida se nós acertarmos uma balança comercial deficitária com os que pagam. Isso é um truismo.

**O sr. acredita que nós já estamos saindo da crise internacional?**

Não, não acredito que tenhamos, ainda, começado a refletir sobre ela. Vamos ver as conclusões do nosso grupo: a) a crise é mais séria do que se pensa, sobretudo é mais séria do que tende a pensar a opinião pública dos países do Norte. Ela não está sensibilizada para as dimensões do drama humano que ocorre nos países do Sul; b) essa crise é uma crise extremamente complexa, porque o epicentro da crise velo a ser a América Latina e o epicentro do epicentro são as grandes aglomerações urbanas. Realmente, a crise afetou mais seriamente, por exemplo, um lugar como São Paulo, que é mais industrializado e mais avançado que o resto do País e do Continente; ou seja, não é uma crise que só afetou as massas campesinas. O que não significa que não haja outra vertente da crise: os países que nós



estamos esquecendo no debate. Porque todo mundo está tão preocupado com a dívida do Brasil, do México, da Argentina e da Venezuela que se esquece que, nessa crise, os que nem tiveram a sorte e a possibilidade de se endividar são os mais prejudicados, porque não se endividaram, enquanto os outros se endividaram e agora estão sendo penalizados, junto com os outros, por causa da crise.

Portanto, estamos com essas duas vertentes da crise. Terceira: os organismos internacionais não estão dando conta. O sistema de Bretton Woods está vivendo os seus últimos dias — o que não significa que nós saibamos dizer, com certeza, como substituí-lo. Daí surgiu a conclusão essencial do informe do nosso grupo de trabalho, a sa-

ber: o que é necessário agora, imediatamente, é um enorme esforço de co-reflexão. Nós não temos soluções prontas nem devemos tê-las. A solução só pode surgir de um diálogo honesto e difícil entre o Norte e o Sul, um diálogo que não é unicamente político nem é unicamente um diálogo técnico. Há as duas escapatórias: os políticos jogam com os técnicos, e os técnicos dizem que é um problema dos políticos. É um problema comum dos políticos e dos técnicos. Não há soluções fáceis à vista, mas precisamente porque não há soluções fáceis à vista, não há tempo a perder; temos de começar a pensar. Ultima conclusão do relatório: quer nos parecer que a França, por uma série de considerações históricas, culturais e políticas, estaria bem colocada para favorecer um diálogo entre os países do Terceiro Mundo e os países europeus.

**Como o sr. disse, a crise é muito mais profunda do que se imaginava. O sr. parece pensar que a revolução urbana acabou...**

A revolução urbana acabou num certo sentido.

**Isso significa o quê? A decadência dos países industrializados?**

Não, não. Isso significa simplesmente que, se gente pegar as projeções para o fim do século, vamos estar com vários bilhões de cidadãos urbanos a mais, cujas necessidades não poderão ser atendidas pelos métodos que conhecemos.

**Então essa civilização está em xeque.**

«A solução só pode surgir de um diálogo honesto e difícil entre o Norte e o Sul, um diálogo que não é unicamente político nem é unicamente um diálogo técnico.»



# jornal da tarde

O SEU CADERNO DE PROGRAMAS E LEITURAS

Ela está. Por natureza, eu não sou catástrofista. Eu quero evitar que me ponham numa situação onde vão dizer: outro clube de Roma, outra vez os limites do crescimento. Ao contrário. Eu acho que não é o caso de sentar e chorar; é o caso de dar-se conta da magnitude dos problemas. Todo o meu esforço sobre o Brasil, em realidade, é uma tentativa de responder como foi que — contrariamente a toda uma teoria que dizia que na periferia o crescimento não era possível — surgiu um fenômeno no qual os 14 milhões de brasileiros de 1890 seriam 140 milhões em 1990, por alto; ou seja, a população terá decuplicado, a população urbana — não sei — multiplicado por 50 e o custo social e custo ecológico disso é tremendo. Pode-se pensar se não haveria caminhos menos custosos para isso. Mas, provavelmente, é a maior transformação social que ocorre na história da Humanidade. Por isso não tenho nenhuma razão para dizer que não vão ocorrer outras transformações. Mas não tenho, tampouco, nenhuma razão para cair no otimismo tecnológico fácil, do tipo Hermann Kahn, etc., dizendo que de qualquer maneira o mundo se arranjaria porque até hoje ele sempre se arranjou. Não sei se se arranjaria ou não. Eu acho falso todo esse debate. O que me interessa é dar-me conta da escala dos problemas. A escala dos problemas eu vou resumir dando um exemplo. Houve um estudo extremamente preciso, minucioso, dos fluxos energéticos da cidade de Hongkong. Bem, a cidade de Hongkong não é particularmente voraz em energia, entre outras coisas porque está situada num clima quente e não necessita de aquecimento. Mas se os habitantes do planeta tiverem, no final do século, a mesma taxa média de consumo energético que os habitantes atuais de Hongkong não vai sobrar energia, no mundo, para muito mais. Quer dizer, é evidente que esse acréscimo da população urbana terrestre não poderá gozar dos padrões energéticos da cidade de Hongkong. O que nos leva a colocar como uma das saídas da crise o problema de uma economia totalmente diferente de recursos naturais e, sobretudo, coloca no centro da preocupação a luta contra o desperdício.

**O Sr. disse antes que a opinião pública do Norte não compreende bem a natureza e a profundidade da crise. Conhecendo os países do Sul, como o sr. conhece, o sr. acha que a opinião pública do Sul tem uma compreensão melhor da natureza da crise e da profundidade dela?**

Pelo menos uma grande parte da intelligentsia brasileira está convencida, hoje — sem entrar no problema da semântica — de que de uma forma ou de outra a moratória é necessária. O Norte não se dá conta disso, ainda; sobretudo o Norte não se dá conta, absolutamente, do fato de que a saída da crise vai implicar um ajustamento das economias do Norte. Se nós queremos ter de volta uma parte do que o Sul nos deve, nós devemos acomodar as exportações do Sul na nossa economia. E isso implicará um esforço de ajustamento que não se fará pelo jogo simples do mercado; implica planejamento.

**Essa intelligentsia do Sul, inclusive do Brasil, o sr. não acha que ainda encara a crise como uma conspiração do Norte contra o Sul quando a situação atual do mundo já não admite mais esse tipo de abordagem?**

Eu acho que esse não é um bom tema para discutir, porque a gente teria de entrar numa qualificação dos diferentes grupos, postos, etc. Conspiração consciente, é evidente, é exagero; agora, segundas intenções mais ou menos ocultas, por trás do que está ocorrendo no Norte, existem. Eu estou surpreendido de ver como se reage pouco, pelo que leio na imprensa brasileira, os balões-de-ensaio que estão sendo lançados, por exemplo, nos Estados Unidos, a respeito de idéias como a de liquidar uma boa parte da dívida vendendo a Vale do Rio Doce ou coisas desse tipo. Eu vivi aqui os anos 50 e vivi a época do petróleo é nosso. Eu vejo, ao contrário, que a opinião pública brasileira está muito pouco sensível a isso.

**Mas, talvez, esse balão-de-ensaio seja tão absurdo, tão despropositado, que ninguém leva a sério isso...**

Olha, quando a Fortune escreve e a Business Week repetem eu tomaria mais a sério.

**Bom, tanto a Fortune como a Business Week já deram numerosas demonstrações de que não conhecem nada a respeito do Brasil.**

Pessoalmente estou de acordo.

**Então, se a gente meditar cinco minutos, por exemplo, na reação que haveria, apenas no aparelho militar do Brasil, a qualquer tentativa de vender, por exemplo, a Petrobras para multinacionais ou coisas que o valha, nós, como brasileiros que conhecemos este país, já ficamos absolutamente serenos a esse respeito, porque sabemos que é um balão-de-ensaio inteiramente inviável.**

**Sim. Mas o que dói, o que é lamentável é que não haja outros balões-de-ensaio, do tipo alternativas reais para resolver o problema da dívida.**

**Isso é importante, professor. Fariamos a seguinte colocação: tanto de um lado quanto do outro, tanto do lado do Sul quanto do lado do Norte, as soluções que estão sendo propostas não estão a nível da gravidade do problema. Por exemplo, a solução da moratória é tão grave para os devedores quanto para os credores.**

**E a moratória não é solução, a moratória é o primeiro passo para uma solução. Ela só faz sentido se entra dentro de um "pacote" no qual se diz: "Continuar a pagar como estamos, não podemos".**

O mundo vive cheio de assimetrias. Uma outra assimetria incrível é que os credores tenham achado perfeitamente viável a ideia de que as taxas de juros sejam variáveis e acham totalmente inaceitável que o ritmo de pagamento seja também flexível. Eu acho que o ritmo de pagamento da dívida deve ser condicionado pelo acréscimo das exportações. Eu digo bem o acréscimo das exportações e não o saldo da balança de pagamentos, porque o saldo da balança de pagamentos, que se obtém através de um corte excessivo de importações, é um suicídio, enquanto um saldo da balança de pagamentos que se obtém através de exportações adicionais é outra coisa. Outra coisa: o saldo só não é um critério suficiente; se o saldo se obtém através de um sacrifício de preços terável não resolve o problema. Então tem o problema do ritmo de acréscimo de exportações e, portanto, dos termos de troca, e, finalmente, tem o problema de uma auto-limitação voluntária, por parte dos credores, da taxa real de juros. Porque nesse mundo cheio de inflação e de juros flexíveis finalmente chegamos a taxas de juros reais completamente aberrantes com relação à tendência histórica. Podemos chegar a conclusão de que a taxa de juros pode ser de 3% ao ano, a real. E já é muito.

**Só abrindo parênteses. Tem um professor da Universidade de São Paulo, o professor Stefan Kanitz, que já desenvolveu muito bem aliás — uma sugestão, uma proposta, uma ideia de pagamento, por parte**

dos países devedores, no qual a taxa de juro real seria fixa e as amortizações seriam fluídas, de acordo com a inflação dos países credores.

— Eu acho que, provavelmente, a gente poderia chegar a fórmulas ainda mais complexas que essa e pode-se imaginar toda uma gama de fórmulas. O que importa é dizer claramente que se tem de negociar todas essas coisas ao mesmo tempo; isso é a primeira coisa. A segunda coisa: eu estou cem por cento de acordo com o Raul Prebis quando ele disse, logo depois da vitória do Alfonsín, que "essa é uma negociação política por excelência". Essa negociação não pode ser levada com 450 grandes e 4.543 pequenos bancos; ela tem de ser levada a nível político. Se então definirmos o campo de discussão e definirmos os parceiros, estamos definindo, como se diz ao se distribuir cartas, uma nova rodada. Seria necessário também que os países devedores definissem, da mesma forma, o problema da sua atitude diante da dívida externa paralelamente à sua atitude frente à sua dívida social; ou seja, como esse ritmo de pagamento da dívida externa seria compatibilizado com uma política interna que vai a uma série de objetivos sociais definidos.

Professor, o sr. não acha que esse impasse Norte-Sul, em que nós nos encontramos, é, em larga medida, alimentado, de certa maneira, pelo impasse Leste-Oeste? Por exemplo: vamos imaginar que o governo norte-americano estivesse disposto, com a maior boa vontade possível, a entabular uma negociação com o governo argentino ou com o governo brasileiro a respeito de uma solução definitiva para o problema da dívida entre os dois países e que essa solução implicasse um apoio financeiro do governo dos Estados Unidos a esse país e uma abertura de mercados, durante um largo período. Ao mesmo tempo, o governo americano tem de ter uma perspectiva política do rumo político daquele país, porque se aquele país tende para um regime de estilo comunista evidentemente que ele não pode estar fazendo essa negociação. Então, ao mesmo tempo que é uma negociação entre o Norte e o Sul, ela fica sempre referente a uma polarização Leste-Oeste.

Olha, mesmo que fosse — embora eu não esteja totalmente persuadido disso —, ai então os Estados Unidos deveriam dar todo o apoio financeiro à América Latina para que ela saia depressa da crise. Ou seja, fazer exatamente o contrário do que está fazendo, se a premissa fosse aceitável. Eu acho que as coisas são mais complexas. Evidentemente que não se pode esquecer que há um problema Leste-Oeste. Mas acho que sabemos, hoje, que as dinâmicas do desenvolvimento social e político dos países são muito mais complexas do que implicaria essa idéia quase mecânica de blocos. De qualquer maneira, o importante para nós, do Norte, é perceber que nós temos de mudar se queremos acomodar o intercâmbio econômico com os países do Sul e perceber também que, se nós não acomodarmos os interesses dos países do Sul, vamos pagar um preço alto, é lógico.

E nós, do Sul, em que teríamos de mudar também?

Eu acho que é suficiente abrir qualquer jornal ou revista brasileira para dar-se conta de que um certo modelo se esgotou e que tem de se procurar o máximo de consenso nacional ao redor de um outro modelo, um modelo que seja menos custoso socialmente e, eu acrescentaria, menos custoso ecologicamente.

Quer dizer, nós deveríamos deixar de fazer programas nucleares e fazer coisas maiores...

Bem, o programa nuclear já praticamente deixaram de lado.

Mas é um exemplo.

Não vamos, assim, malhar em cima de cavalo morto. Mas há tantos outros problemas! Eu acho que, centralmente, o problema é a preocupação social, retoricamente presente em todos os modelos e todas as políticas, esteve pouco presente, senão ausente, na época do "milagre"; ou seja, o custo social do crescimento brasileiro tem sido enorme.

**Eu não tenho sido devidamente qualificado.**

O custo social, no sentido de destruição de certos recursos, etc., também. A gente tem de partir para um sistema muito mais consciente dessas dimensões. Também eu acho que o que pesou muito, no Brasil, foi a idéia do gigantismo, foi o gigantismo, ao mesmo tempo que se deixou de tratar de uma multidão de coisas pequenas, cuja soma é enorme.

Agora, esse gigantismo, em parte, é o resultado da presença crescente do Estado na economia e das empresas estatais emergentes.

— Ali eu tenho uma profunda divergência com o "Estado", como o jornal *O Estado*. Com toda franqueza. Eu acho que, no balanço do que aconteceu no Brasil desde a Segunda Guerra Mundial, as coisas mais positivas, apesar de tudo, aconteceram nas estatais. Finalmente, a única história positiva dos últimos anos é a da Petrobrás.

Mas a minha pergunta é a seguinte: será que a alternativa para o desenvolvimento que os países do Sul têm, neste momento em que nós estamos vivendo o impasse Norte-Sul, a única alternativa é o crescimento do setor público de economia e o fortalecimento e a centralização do Estado, freqüentemente autoritário?

Primeiro, já aí tem quatro problemas diferentes: o Estado pode ser autoritário e pode ser democrático; no setor público, o que faltou, evidentemente, no Brasil, como maioria dos países do mundo, foi controle social sobre o setor público. O que nós precisamos, antes de mais nada, um dos valores fundamentais da democracia, qualquer que seja o país, qualquer que seja o lugar, é a transparência, ou seja, uma melhor informação, uma possibilidade de um maior controle social, etc. Isso é evidente. O que eu estou contestando é que o Estado deva ser necessariamente autoritário ou que ele seja necessariamente, vimos dizer, centralizador.

Mas, de fato, tem acontecido isso.

Tem acontecido muito.

Há uma certa conjunção de fatos.

Mas não se esqueça de que isso aconteceu precisamente dentro de um modelo cujo vigésimo aniversário foi celebrado há pouco.

É um dos modelos possíveis, mas não o único modelo possível de uma economia mista. Vamos aos problemas fundamentais. Eu, pessoalmente, acredito que o problema não está em definir se vamos para a economia de mercado ou para a estatização total; o problema é encontrar formas de coexistência, colaboração e boa proporcionalidade, ou seja, encontrar um modelo de economia mista. Dois: não creio que o Estado deva ser, necessariamente, centralizador, como não acredito na fórmula mágica da descentralização. No meu centro, na *École des Hautes Études*, em Paris, nós estamos precisamente tentando fazer desse problema da articulação dos espaços, ou seja, da articulação do central, do regional e do local o eixo da nossa reflexão. O problema é muito mais complexo. Para que possa haver o aproveitamento dos espaços da autonomia local, é preciso que haja uma política forte do centro, agora, uma política forte do centro que está dirigida à identificação e ao respaldo dos espaços da autonomia local e não à sua destruição através de uma política centralizadora. Portanto, eu digo: eu não imagino uma política de desenvolvimento

**Os 14 milhões de brasileiros de 1890 serão 140 milhões em 1990, por alto; ou seja, a população terá decuplicado, a população urbana — não sei — multiplicada por 50, e o custo social e o custo ecológico disso é tremendo. Pode-se pensar se não haveria caminhos menos custosos para isso.**

**Provavelmente é a maior transformação social que ocorreu na História da Humanidade.**

sem um papel importante do Estado. Esse é um problema bastante fundamental: eu não acredito que a complexidade dos problemas do desenvolvimento possa ser deixada às soluções do mercado. O mercado não tem a capacidade de pensar a longo prazo; o mercado não tem a capacidade de incluir a dimensão social nem a ecológica.

Professor, gostaríamos de citar um fato para o sr. O sr. conhece bem o Brasil, talvez até mais do que nós. A região mais desenvolvida do Brasil é a região que menos depende da interferência estatal: é o Estado de São Paulo, cuja história econômica é uma história de ausência de interferência do Estado.

Primeiro, não é uma ausência absoluta de interferência do Estado. Segundo, veja lá: se a nossa discussão estivesse na sucursal de vocês, lá no Nordeste, a opinião que têm de que pagaram pelo desenvolvimento de São Paulo...

Mas o fato é que São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são obras da iniciativa privada neste país.

Mas eu não estou discutindo...

Enquanto o Nordeste — que se pretende como obra do Governo Federal — não foi realizado até hoje.

O fato de que o governo Federal não fez obra boa no Nordeste não significa que não podia ter havido uma política do Estado. Segundo, vamos ao problema do Paraná, que me interessa particularmente. Não considero absurdo o fato de que o Paraná esteja perdendo população rural e que o Brasil — que já tem o problema do Nordeste, etc. — esteja tendo o grande fluxo de colonização do pessoal do Paraná e do Rio Grande do Sul?

### "Olhemos para trás e tentemos encontrar formas de colaboração do setor público com a empresa privada"

Eles estão colonizando o Mato Grosso. E. Mas estão colonizando o Mato Grosso porque foram expulsos do lugar onde fizem uma boa obra.

Mas não estamos dizendo que a iniciativa privada tenha criado sistemas perfeitos nesses Estados. Estamos dizendo é que o Estado brasileiro não conseguiu criar nada melhor. Já nos encontramos a meio caminho para dizer que tudo que é considerado bem-sucedido, do ponto de vista da iniciativa privada...

Não é perfeito, é evidente.

Não só não é perfeito, mas pode não ser considerado como positivo de um ponto de vista mais abrangente. Eu não estou dizendo que vamos fazer tudo pelas mãos do Estado. Eu estou dizendo: olhemos para trás, façamos uma análise e tentemos encontrar experimentalmente, passo a passo, formas de colaboração do setor público com a iniciativa privada. Eu não estou dizendo liquidar os espaços da autonomia local; eu estou dizendo, ao contrário, uma política central que viabilize os espaços de autonomia local. Agora, viabilize os espaços de autonomia local para quem? Ai entra ainda um problema. Vamos sacrificar tudo iniciativa privada, no sentido empresarial, ou vamos colocar proteções do tipo social e que proteções de tipo social para que esse desenvolvimento tenha impactos sociais desejáveis. Esse exemplo do Paraná: não há dúvida de que a colonização do Norte do Paraná foi muito melhor sucedida do que as colonizações oficiais.

Do que a do Inca.

Estamos de acordo sobre isso. Mas é uma terrível lâstima. Depois de ter feito uma colonização bem-sucedida, por causa do problema do mercado da soja, etc., praticamente se destruiu essa obra social tendo de recomeçar lá, em outro lugar. Em termos de recursos escassos de solo, etc., a gente tem a tendência de dizer: "Bem, já que lá a coisa esteve bem, talvez a soja pudesse, de saída, ser feita no cerrado".

A introdução e o desenvolvimento da soja, no Brasil, corresponderam a interesses do Estado brasileiro, do governo brasileiro no sentido de gerar dólares, assim como o avanço da plantação de cana, no Brasil, corresponde a uma interferência do Estado no mercado brasileiro. A cana não existiria nessa escala.

Quando o sr. diz que não se deve sacrificar tudo à empresa privada, parece que no Brasil atual é exatamente o contrário. Quando um ministro diz que nós somos "três quartos socialista" e "um quarto apenas capitalista", não está mostrando uma figura de retórica. De fato, impressão que se tem é que a empresa estatal e o Estado, de um modo geral, se substituíram à iniciativa privada.

Mas pegue o exemplo da cana. O Estado não fez a cana-de-açúcar dentro de empresas públicas nem construiu usinas de álcool; deu, quase de presente, ao setor privado, usinas financiadas pelo Estado. Então falar disso como um Estado socialista, eu tenho uma dificuldade enorme em aceitar.

O sr. tem razão. Mas aqui há uma diferença entre Estado e governo. O governo brasileiro — que é o principal contrádor de dívida externa, neste país, o mais gigantesco, o

maior responsável pelo incremento da dívida externa —, ao se ver premido pelas circunstâncias criadas por essa dívida externa colocou a economia brasileira a funcionar em favor do seu próprio interesse de geração de divisas. Quer dizer, provavelmente a economia privada brasileira não teria tanta necessidade de geração de divisas quanto a economia governamental estatal.

Professor, gostaríamos de citar um fato para o sr. O sr. conhece bem o Brasil, talvez até mais do que nós. A região mais desenvolvida do Brasil é a região que menos depende da interferência estatal: é o Estado de São Paulo, cuja história econômica é uma história de ausência de interferência do Estado.

Primeiro, não é uma ausência absoluta de interferência do Estado. Segundo, veja lá: se a nossa discussão estivesse na sucursal de vocês, lá no Nordeste, a opinião que têm de que pagaram pelo desenvolvimento de São Paulo...

Mas o fato é que São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são obras da iniciativa privada neste país.

Mas eu não estou discutindo...

Enquanto o Nordeste — que se pretende como obra do Governo Federal — não foi realizado até hoje.

O fato de que o governo Federal não fez obra boa no Nordeste não significa que não podia ter havido uma política do Estado. Segundo, vamos ao problema do Paraná, que me interessa particularmente. Não considero absurdo o fato de que o Paraná esteja perdendo população rural e que o Brasil — que já tem o problema do Nordeste, etc. — esteja tendo o grande fluxo de colonização do pessoal do Paraná e do Rio Grande do Sul?

Professor, gostaríamos de citar um fato para o sr. O sr. conhece bem o Brasil, talvez até mais do que nós. A região mais desenvolvida do Brasil é a região que menos depende da interferência estatal: é o Estado de São Paulo, cuja história econômica é uma história de ausência de interferência do Estado.

Primeiro, não é uma ausência absoluta de interferência do Estado. Segundo, veja lá: se a nossa discussão estivesse na sucursal de vocês, lá no Nordeste, a opinião que têm de que pagaram pelo desenvolvimento de São Paulo...

Mas o fato é que São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são obras da iniciativa privada neste país.

Mas eu não estou discutindo...

Enquanto o Nordeste — que se pretende como obra do Governo Federal — não foi realizado até hoje.

O fato de que o governo Federal não fez obra boa no Nordeste não significa que não podia ter havido uma política do Estado. Segundo, vamos ao problema do Paraná, que me interessa particularmente. Não considero absurdo o fato de que o Paraná esteja perdendo população rural e que o Brasil — que já tem o problema do Nordeste, etc. — esteja tendo o grande fluxo de colonização do pessoal do Paraná e do Rio Grande do Sul?

Professor, gostaríamos de citar um fato para o sr. O sr. conhece bem o Brasil, talvez até mais do que nós. A região mais desenvolvida do Brasil é a região que menos depende da interferência estatal: é o Estado de São Paulo, cuja história econômica é uma história de ausência de interferência do Estado.

Primeiro, não é uma ausência absoluta de interferência do Estado. Segundo, veja lá: se a nossa discussão estivesse na sucursal de vocês, lá no Nordeste, a opinião que têm de que pagaram pelo desenvolvimento de São Paulo...

Mas o fato é que São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são obras da iniciativa privada neste país.

Mas eu não estou discutindo...

Enquanto o Nordeste — que se pretende como obra do Governo Federal — não foi realizado até hoje.

O fato de que o governo Federal não fez obra boa no Nordeste não significa que não podia ter havido uma política do Estado. Segundo, vamos ao problema do Paraná, que me interessa particularmente. Não considero absurdo o fato de que o Paraná esteja perdendo população rural e que o Brasil — que já tem o problema do Nordeste, etc. — esteja tendo o grande fluxo de colonização do pessoal do Paraná e do Rio Grande do Sul?

Professor, gostaríamos de citar um fato para o sr. O sr. conhece bem o Brasil, talvez até mais do que nós. A região mais desenvolvida do Brasil é a região que menos depende da interferência estatal: é o Estado de São Paulo, cuja história econômica é uma história de ausência de interferência do Estado.

Primeiro, não é uma ausência absoluta de interferência do Estado. Segundo, veja lá: se a nossa discussão estivesse na sucursal de vocês, lá no Nordeste, a opinião que têm de que pagaram pelo desenvolvimento de São Paulo...

Mas o fato é que São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são obras da iniciativa privada neste país.

Mas eu não estou discutindo...

Enquanto o Nordeste — que se pretende como obra do Governo Federal — não foi realizado até hoje.

O fato de que o governo Federal não fez obra boa no Nordeste não significa que não podia ter havido uma política do Estado. Segundo, vamos ao problema do Paraná, que me interessa particularmente. Não considero absurdo o fato de que o Paraná esteja perdendo população rural e que o Brasil — que já tem o problema do Nordeste, etc. — esteja tendo o grande fluxo de colonização do pessoal do Paraná e do Rio Grande do Sul?

Professor, gostaríamos de citar um fato para o sr. O sr. conhece bem o Brasil, talvez até mais do que nós. A região mais desenvolvida do Brasil é a região que menos depende da interferência estatal: é o Estado de São Paulo, cuja história econômica é uma história de ausência de interferência do Estado.

Primeiro, não é uma ausência absoluta de interferência do Estado. Segundo, veja lá: se a nossa discussão estivesse na sucursal de vocês, lá no Nordeste, a opinião que têm de que pagaram pelo desenvolvimento de São Paulo...

Mas o fato é que São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são obras da iniciativa privada neste país.

Mas eu não estou discutindo...

Enquanto o Nordeste — que se pretende como obra do Governo Federal — não foi realizado até hoje.

O fato de que o governo Federal não fez obra boa no Nordeste não significa que não podia ter havido uma política do Estado. Segundo, vamos ao problema do Paraná, que me interessa particularmente. Não considero absurdo o fato de que o Paraná esteja perdendo população rural e que o Brasil — que já tem o problema do Nordeste, etc. — esteja tendo o grande fluxo de colonização do pessoal do Paraná e do Rio Grande do Sul?

Professor, gostaríamos de citar um fato para o sr. O sr. conhece bem o Brasil, talvez até mais do que nós. A região mais desenvolvida do Brasil é a região que menos depende da interferência estatal: é o Estado de São Paulo, cuja história econômica é uma história de ausência de interferência do Estado.

Primeiro, não é uma ausência absoluta de interferência do Estado. Segundo, veja lá: se a nossa discussão estivesse na sucursal de vocês, lá no Nordeste, a opinião que têm de que pagaram pelo desenvolvimento de São Paulo...

Mas o fato é que São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são obras da iniciativa privada neste país.

Mas eu não estou discutindo...

Enquanto o Nordeste — que se pretende como obra do Governo Federal — não foi realizado até hoje.

O fato de que o governo Federal não fez obra boa no Nordeste não significa que não podia ter havido uma política do Estado. Segundo, vamos ao problema do Paraná, que me interessa particularmente. Não considero absurdo o fato de que o Paraná esteja perdendo população rural e que o Brasil — que já tem o problema do Nor